

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NO TRABALHO E NA REPRODUÇÃO

CLAUDIA MAZZEI NOGUEIRAⁱ

As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução. De certa forma, essa articulação nos remete ao binômio da exploração/opressão de gênero confirmando a nossa opção de refletirmos, sobre a divisão sócio-sexual do trabalho, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo, pois, dessa forma, temos a oportunidade de salientar as dimensões objetivas e subjetivas, individuais e coletivas existentes nessa relação.

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não.

Pensando nos anos 70, por exemplo, a mulher trabalhadora ampliava a sua participação nas lutas de classe e na organização política e sindical. Mantinha-se o enfrentamento em relação ao discurso conservador que preconizava um destino natural para a mulher: ser mãe e esposa, mantendo o conceito de *família* como instituição básica e universal.

É nessa década que o combate à opressão contra a mulher se torna mais acentuado, onde era preciso mais do que nunca lutar pela sua emancipação econômica e social, pelo seu direito ao trabalho, com todas as especificidades que isso implica, como por exemplo, salários iguais para trabalhos iguais, além da reivindicação de uma divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada.

Já, vinte anos mais tarde, nos anos 90, a mundialização do capital emitiu efeitos complexos, além de contraditórios, afetando desigualmente o

emprego feminino e o masculino. Em relação ao emprego masculino, ocorre uma regressão e/ou estagnação. Já o emprego e o trabalho feminino remunerado crescem, mas, mesmo ampliando a participação feminina no mundo produtivo as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente à mulher, ou seja, a organização da família patriarcal pouco é alterada, o marido se mantém provedor e a esposa a provedora complementar e dona de casa, confirmando a divisão sexual desigual do trabalho.

Dessa forma, a divisão sócio-sexual do trabalho expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo.

Isso ocorre porque a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho. “Aqui, a relação capital/trabalho como uma relação histórica concreta pode ser vista de forma a incorporar uma hierarquia de gêneros, expressa em categorias como - qualificação, responsabilidade, controle - que de fato não são neutras a sexo, como também não são neutras as classes”. E, por sua vez, o capital não ignorou essa realidade ao longo da história e até hoje vem reforçando e se apropriando da existência de dominação e subordinação de gênero. (Pena, 1981: 81- 82)

Portanto, a intersecção do trabalho com a reprodução, na conformação capitalista, serve ao capital, não somente pela exploração da força de trabalho feminina no espaço produtivo, mas também porque as atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera doméstica garantem, entre outras coisas, a manutenção de “trabalhadores/as” para o mundo do trabalho assalariado, bem como a reprodução de futuros trabalhadores/as que acabam por se constituir enquanto força de trabalho disponível para o capital. (idem, 1981: 82).

As atividades não remuneradas realizadas pela dona-de-casa (como por exemplo, a alimentação, o cuidado com a roupa, a limpeza da casa, etc.) têm papel relevante na redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos.

Assim, a responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no mundo da produção caracteriza a dupla (e às vezes tripla) jornada de trabalho com todas as implicações decorrentes dela, entre as quais destacamos a presença de uma forte opressão de gênero e também de exploração do capital.

Em decorrência disso, podemos afirmar que as relações sociais de gênero, aqui representadas pela desigual divisão sexual do trabalho, baseiam-se na articulação do trabalho assalariado feminino com as suas funções de reprodução, uma vez que as relações de gênero no espaço produtivo e na esfera reprodutiva apresentam relação de exploração e opressão respectivamente.

Como lembrou Mészáros, para o bom funcionamento do sistema de capital, a premissa da verdadeira igualdade é absolutamente inaceitável; uma divisão sexual do trabalho menos desigual tende a permanecer *não-integrável* na lógica dominante e, irresistível para quem luta por ela. (Mészáros, 2002: 272).

A luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa refere-se, portanto, também a uma luta contra o próprio capitalismo. Esse embate tem como cerne a superação da família patriarcal que hierarquiza as relações, contidas no *nó ontológico*¹, para lembrar Heleieth Saffioti, entre gênero e classe, evidenciadas pela divisão sexual do trabalho, presentes nos espaços do trabalho e da reprodução, ou seja, em todas as esferas da vida que permeiam uma relação de exploração/ dominação.

No entanto, é imprescindível avançar na realização de uma metamorfose na divisão sexual do trabalho no espaço doméstico, com o intuito de iniciar uma “primeira” libertação das tarefas ditas femininas, impostas predominantemente pela sua condição de mulher. Isso, para que ela possa estar em condições de igualdade de gênero para o seu trabalho no espaço produtivo, já que hoje, a baixa remuneração, a jornada de trabalho parcial de 6 horas, desestimulam boa parte das mulheres na inserção no mundo do trabalho com um objetivo claro de seguir uma carreira aprimorando sua

dimensão profissional, exceto quando necessário para a sua própria subsistência ou ainda na subsistência familiar, pois a precarização encontrada no espaço produtivo não compensa a exaustão da dupla jornada de trabalho.

Porém, manter-se unicamente na esfera reprodutiva também não é uma boa opção para as mulheres, uma vez que o trabalho doméstico é mais desvalorizado socialmente, encontrando-se associado ao sexo feminino por ser entendido, pela sociedade conservadora, que cabem, à mulher, os cuidados com a reprodução e com a manutenção da família e aos homens a produção social geral.

Neste sentido, podemos afirmar que na família patriarcal, o homem tende a legislar a vida da mulher e extorquir dela um *quantum* significativo do seu trabalho doméstico. Portanto, o fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres aceitem essa situação por uma questão afetiva, nada muda a dura realidade de opressão, mas a torna ainda mais complexa.

Portanto, os papéis ditos masculinos e femininos não são produto de um destino biológico, mas eles são antes de tudo *constructo sociais*, que têm como bases materiais, o trabalho e a reprodução. (Kergoat, s/d).

A MULHER E A REPRODUÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

No capitalismo contemporâneo, a indústria não necessita mais de uma grande quantidade de operários como em seu período inicial, muito pelo contrário, ocorre uma “lio-filização” dos trabalhadores, termo este utilizado por Antunes; o que se exige é um número menor da força de trabalho, que deverá ser mais qualificada e seu trabalho, intensificado. Portanto, as famílias, em sua maioria, acabam por adaptar-se a essa nova realidade do mundo do trabalho.

O espaço reprodutivo é uma espécie de imitação “caricata” do mundo produtivo. O trabalho doméstico compreende uma enorme porção da produção socialmente necessária. Isto é, no processo de acumulação de capital, o *quantum* de mercadoria/força de trabalho é imprescindível, uma vez que é pela exploração do dispêndio de energia socialmente necessária para a produção de mercadoria que se gera a mais-valia. Portanto, o espaço doméstico familiar é fundamental para que o capital garanta a reprodução e a manutenção da classe trabalhadora.

Nas palavras de Juliet Mitchell,

(...) Na sociedade capitalista, o trabalho é uma alienação do esforço empregado na elaboração de um produto social que é confiscado pelo capital. Todavia pode ser, às vezes, um verdadeiro ato de criação, responsável e com finalidade, mesmo em condição da

¹ À qual Saffioti acrescenta também a dimensão de raça/etnia. (SAFFIOTI, H., “Violência de Gênero: O Lugar da Práxis na Construção da Subjetividade”. In *Lutas Sociais*, Xamã Editora, S.P., 1997).

pior exploração. (...) O produto biológico – o filho – é tratado como se fosse um produto formal. A procriação se transforma em uma espécie de substituto do trabalho, em uma atividade na qual o filho é visto como um objeto criado por sua mãe, do mesmo modo que uma mercadoria é criada por um operário. (Mitchell, 1977: 119-120).

Francisco de Oliveira acrescenta que “a mercadoria de fato não é o trabalhador ou os seus filhos e sim a força de trabalho”. (Oliveira, 1976: 12)

Em outras palavras,

Os filhos fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho *como um resultado aleatório*, não planejado, e essa aleatoriedade está presente no fato de que os salários não são pagos tendo em vista o tamanho da família do trabalhador, mas determinados, de um lado, pela virtualidade técnica que ele transfere ao capital, e de outro, pelo valor que ele incorpora ao produto.

A especial combinação *interna à família do trabalhador*, de venda de força de trabalho mais produção doméstica de valores de uso, apenas aproveita ao capital, no sentido de pagar salários mais baixos à força de trabalho que o seu próprio custo de reprodução. (*Idem, ibidem*)

Portanto, a família patriarcal, para a sociedade capitalista, é um importante aliado para a sua dinâmica. Os afazeres domésticos, ou seja, o “cuidar” da família é uma atividade reprodutiva fundamental. Nos termos de Marx, o trabalho doméstico não objetiva a criação de mercadorias, mas a criação de bens úteis indispensáveis para a sobrevivência da família. E essa é uma das diferenças essenciais entre o trabalho assalariado e trabalho doméstico, pois enquanto um está vinculado ao espaço produtivo, ou seja, criando mercadorias e conseqüentemente gerando valores de troca, o outro está relacionado à produção de bens úteis necessários para a reprodução dos próprios componentes da família, permitindo, em grande medida, que o capital também se aproprie, mesmo que indiretamente, *da esfera da reprodução*.

Isso ocorre porque o capital necessita constantemente diminuir o gasto com a reprodução da força de trabalho, o que acaba acarretando a diminuição dos valores dos salários de toda a classe trabalhadora. E, em particular, esse processo é ainda mais acentuado na força de trabalho feminina, que de certa forma já se encontra depreciada pelas relações de poder existentes entre os sexos, principalmente no seio da família patriarcal.

Nesse processo, a mulher se transforma em uma espécie de “exército de reserva” de força de trabalho sub-remunerada, permitindo que o modo de produção capitalista tenha “argumentos” suficientes para continuar, em grande medida, seu processo de precarização do proletariado em geral, e da mulher trabalhadora em particular.

É por essa razão que falar em divisão sexual do trabalho é muito mais que constatar as

especificidades de gênero. É, em verdade, articular essa descrição do real com uma análise dos processos pelos quais a sociedade se utiliza dessa dinâmica de diferenciação com o intuito de precarizar e hierarquizar as atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma relação de igualdade substantiva no espaço reprodutivo, como no espaço produtivo, não é do interesse e, nem tão pouco, faz parte da lógica do capital, que no máximo “permite” uma relação de igualdade apenas formal. Marx nos lembra que na “relação com a *mulher* como a *presa* e a criada da luxúria comunitária está exprimida a degradação infinita em que o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão *inequívoca*, decidida, *manifesta*, desvelada, na relação do *homem* com a *mulher* e no modo como é tomada a relação *natural, imediata* do gênero”. (1983: 166/167)

Isso evidencia que o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo, preservando, em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher.

É por essa razão que é possível afirmar que a articulação entre a esfera da produção e a esfera da reprodução ocorre baseada na lógica da divisão sócio-sexual do trabalho existente tanto no mundo assalariado como na família patriarcal. Portanto, a importante categoria da divisão sócio-sexual do trabalho presente na esfera produtiva e reprodutiva possibilita a articulação das duas dimensões que definem essa relação, o *trabalho* e a *reprodução*.

O que nos leva a afirmar que na luta por uma divisão sexual do trabalho com mais igualdade esteja presente não só o combate da opressão masculina sobre a feminina, mas também, o objetivo da superação da relação capital/trabalho. Uma vez que sob a lógica da expansão do sistema capitalista, o espaço produtivo absorve cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização. Esse é um movimento que exige muita atenção da luta feminina, pois ele não deve acontecer sem que se considere a questão da igualdade de direitos da mulher, eliminando do processo as desigualdades existentes. Isso porque a inserção acentuada da força de trabalho feminina se dá não pelo interesse do capital na emancipação da mulher, mas pela lógica de uma maior acumulação de valor.

Isso acontece, segundo Mészáros “não apenas porque as mulheres têm de aceitar uma

parcela desproporcional das ocupações mais inseguras, mais mal pagas” que existem no mundo do trabalho e “estejam na péssima situação de representar 70% dos pobres do mundo”, mas em virtude de seu papel decisivo na família patriarcal, porque “as exigências que são (e continuarão a ser) jogadas em cima das mulheres são cada vez mais difíceis de satisfazer no cenário social mais amplo, contribuindo para quaisquer ‘disfunções sociais’ associadas à crescente instabilidade da família. (...)”. (2002: 304-305)

Portanto, quanto mais profundas forem essas "disfunções sociais", maior será o peso e as exigências impostas às mulheres como eixo dessa família; quanto mais acentuada for essa carga, além da sua exploração do trabalho no espaço produtivo, mais intensa fica a condição de opressão feminina no espaço reprodutivo patriarcal.

Em outras palavras, a crítica da sociedade capitalista não pode limitar-se à análise da exploração e da precarização existentes no espaço produtivo, por mais importante que ela seja. A crítica deve abranger também todos os profundos e multifacetados aspectos negativos dessa lógica, entre eles, a compreensão da opressão que se encontra presente no espaço reprodutivo, aqui representado pela estrutura da família patriarcal que impõe uma desigual divisão do trabalho para a mulher.

Em suma, uma nova divisão sócio-sexual do trabalho é profundamente necessária. Mas, não é do interesse do capital uma metamorfose nesta divisão, principalmente se esta transformação for direcionada a uma igualdade substantiva.

ⁱ É professora da Universidade Federal de Santa Catarina, do Departamento de Serviço Social. É autora dos livros *A Feminização no Mundo do Trabalho* (2004) e *O Trabalho Duplicado* (2006).

REFERÊNCIAS

Chesnais, F., *A Mundialização do Capital*, Xamã, São Paulo, 1996.

Kergoat, D., “A Relação Social de Sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão, (mimeo, s/d).

Marx, K., *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo, Ática, 1983.

Mészáros, I., *Para Além do Capital*, Boitempo Editorial, São Paulo, 2002.

Mitchell, J., *La Condición de la Mujer*, Editorial Anagrama, Barcelona, 1977.

Nogueira, C. M., *A Feminização no Mundo do Trabalho*, Autores Associados, Campinas - SP, 2004.

_____, *O Trabalho Duplicado*, Expressão Popular, São Paulo, 2006.

Oliveira, F., “A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital”. In *Estudos Cebrap*, n. 16, São Paulo.

Pena, M. V. J., *Mulheres e Trabalhadoras*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

Saffioti, H., “Violência de Gênero: O Lugar da Práxis na Construção da Subjetividade”. In *Lutas Sociais*, Xamã Editora, S.P., 1997.